

# Em foco

## Fórum das ONG's africanas

# Activistas condenam desalojamentos forçados e expulsões ilegais

**MAIS DE 110** pessoas, representando organizações de defesa dos direitos humanos, exigiram na segunda-feira, em Banjul, o fim imediato dos desalojamentos forçados em África e o respeito pelos Direitos Humanos nos processos de deportação. Os apelos fazem parte de 12 resoluções e seis recomendações adoptadas pela sociedade civil do continente, reunida em Fórum, durante três dias, na capital da Gâmbia. Os documentos serão avaliados durante a 46ª sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), que começou na quarta-feira naquela cidade.

Na sala de reuniões onde decorreu o fórum das ONG's, um cartaz da Amnistia Internacional exibia as demolições na Camama, em Luanda. No meio de escombros, pessoas deambulavam sob o olhar atento dos agentes da polícia. Uma imagem que se repetia, com as devidas variantes, em cartazes sobre o Chade, Nigéria, entre outros países. É para acabar com fotografias destas, que também têm feito parte do álbum de Angola nos últimos anos, que activistas de direitos humanos de 21 países africanos adoptaram uma resolução que apela ao "fim imediato dos desalojamentos



forçados". O documento, que será submetido à 46ª sessão da CADHP, a decorrer desde quarta-feira em Banjul, exige que os governos garantam, para além de outros direitos, que os desalojados tenham "alternativas de habitação" dignas.

Durante a reunião de três dias que juntou na capital gambiana activistas de 21 países, Angola esteve também em foco na discussão sobre refugiados e deslocados in-

ternos, assunto que deu origem a uma de seis recomendações a ser endereçadas à CADHP. As expulsões massivas de angolanos e congolezes da República Democrática do Congo e de Angola, respectivamente, serão retomadas na sessão da Comissão Africana, pela Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), "em conjunto com o Fórum das Organizações Congolezas na África do Sul e a Acção contra a Impunidade para os Direitos Hu-

manos, uma associação também congoleza", explica ao NJ António Ventura, presidente da AJPD, presente em Banjul. A comunicação "será apresentada aos comissários da CADHP, para que eles fiquem definitivamente informados sobre o que se passa e, quem sabe, decidirem investigar a situação no terreno", acrescenta Lúcia da Silveira, também da AJPD, a única organização angolana que se deslocou à Gâmbia.

Angola também foi citada durante a apresentação da situação dos direitos humanos na SADC, como um país onde continuam a acontecer "violações da liberdade de expressão e de reunião", onde a predação dos "recursos naturais e minerais continua a acontecer num registo diário" e onde "direitos fundamentais como educação, saúde, acesso à justiça, bem como as execuções extra-judiciais permanecem um desafio" a resolver pelo país. O retrato foi traçado por Corlette Letjolare, directora do Instituto Sul Africano dos Direitos Humanos, e teve como base as contribuições da delegação angolana chefiada pelo presidente da AJPD, que participou na reunião de activistas dos direitos humanos da SADC, na semana passada, em Joanesburgo.

Entre as 12 resoluções e seis recomendações adoptadas no Fórum das ONG's, organizado pelo Centro Africano de Estudos de Democracia e Direitos Humanos, sediado em Banjul, realce para a situação dos homossexuais e dos defensores dos direitos humanos em África, as alterações climáticas, e a violação de direitos humanos no Níger, na Gâmbia, Guiné-Conakry, Darfur e Zimbabwe.

**PEDRO CARDOSO, em Banjul\***

## Direitos humanos em Angola

# Nem à frente, nem atrás

**A DISCUSSÃO** Sobre direitos humanos em África, durante o Fórum das ONG's que antecedeu a 46ª Sessão da CADHP, pôs a nu inúmeras situações que continuam a afligir o continente. Em Angola, considera a AJPD, a realidade não é muito diferente da de outros países africanos.

Angola, considera António Ventura, presidente da AJPD, "não está nem à frente, nem atrás" de muitas das 21 nações africanas que levaram as suas preocupações à reunião da sociedade civil de África, a Banjul. "No nosso país também faltam medidas políticas e institucionais direccionadas para a promoção dos Direitos Humanos. Te-

mos problemas em termos de respeito pelos activistas de direitos humanos, de aplicação dos direitos económicos sociais, e temos inúmeros casos de violência policial contra os cidadãos", enumera o líder associativo. Pela positiva, António Ventura aponta "a construção de novas cadeias", apesar da "nova lei penitenciária não estar adequada às linhas orientadoras aprovadas pelos próprios chefes de Estado". Durante o Fórum das ONG's, que este ano completou 20 anos, os activistas identificaram a pressão política sobre as populações e os conflitos como os catalisadores de abusos dos direitos das populações. "Muitas lideranças

africanas continuam a ter dificuldade em interpretar o que são os direitos humanos traduzidos na Carta Africana", aponta o presidente da AJPD. "Na prática, muitos governos não têm aplicado os instrumentos que eles próprios aprovaram", conclui. Mas mais que apontar o dedo aos governos, as organizações de defesa de direitos humanos representadas na reunião de Banjul identificaram grupos vulneráveis a que é preciso dar mais atenção, como as crianças, mulheres, jornalistas, defensores de direitos humanos, homossexuais ou povos indígenas. "Fiquei particularmente contente de ver que foi tomada uma po-



sição conjunta sobre as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Inter-sexuais (LGBT), o que era difícil alcançar no passado por este mesmo Fórum", exemplifica o nigeriano Leo Igwe, director da União Humanista e Ética Internacional para a África Ocidental. O

namibiano Johan Gamathan, consultor especial da Organização Pan-Africana da Mulher, saudou "a tomada de posição do Fórum sobre as mulheres e crianças em países como o Níger, Guiné-Conakry ou Sudão".

**P.C.**

**Angola esteve em foco na discussão sobre refugiados e deslocados internos, assunto que deu origem a seis recomendações a serem endereçadas à Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**

## Resoluções a adoptar

NA ÚLTIMA sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), em Maio deste ano, apenas uma das 14 resoluções deliberadas, dias antes, pelo Fórum das ONG's, foi adoptada pelos comissários daquele organismo da União Africana.

A situação causou desconforto entre os activistas que, no início do Fórum das ONG's que terminou na passada segunda-feira, levantaram dúvidas sobre o valor real das propostas da sociedade civil para a CADHP. A justificação não tardou em chegar. "Não há nenhum problema em aceitar as propostas da sociedade civil africana. O que acontece é que o Fórum submete 15 ou 20 resoluções, e a CADHP não consegue processar tanta informação, muitas vezes num só dia", explicou ao NJ, Bahame Tom Nyanduga, presidente em exercí-

cio da Comissão Africana.

Aceite a explicação, embora admita que a situação possa ser "frustrante", a directora do Centro Africano de Estudos de Democracia e Direitos Humanos e organizadora do Fórum, Hannah Forster, adiantou que "as resoluções que não foram analisadas anteriormente vão ser revistas e submetidas de novo à apreciação dos comissários durante a 46ª sessão da CADHP".

"O importante é continuarmos a tentar fazer também a agenda da Comissão Africana", considera Hannah Forster.

Para que "as resoluções que não são adoptadas não fiquem guardadas nos arquivos", Tom Nyanduga aconselha o Fórum a publicá-las, de forma a poderem ser retomadas em sessões posteriores.

P.C.

## Boicote reduz fórum a metade

O BOICOTE QUE se seguiu às ameaças aos activistas dos direitos humanos por parte do Presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, reduziu a cerca de metade o número de participantes no fórum, em relação aos anos anteriores. O que, para muitos, foi uma posição de força, para Hannah Forster, organizadora do encontro, não fez muito sentido. "Muitas das pessoas que disseram que não vinham por causa do boicote, já não participam há muito tempo nas sessões, pelo que a sua ausência não é nada de novo. Mas mais que isso: Este fórum foi feito para falarmos e dialogarmos; se não pudermos falar com os colegas, com a Comissão Africana e com o Estado gambiano, construtivamente, o que ganhamos em boicotar?" O caminho, aponta a também directora do Centro Africano de Estudos de Democra-

cia e Direitos Humanos, seria "vir a Banjul, falar dos assuntos e preparar uma deliberação conjunta sobre o assunto."

Conselho que foi seguido pelos participantes, que passaram uma resolução a apelar à Comissão Afri-

cana para investigar as várias acusações de violação dos direitos humanos que pendem sobre o Estado gambiano e para "equacionar" a retirada da sede da Comissão Africana de Banjul.

P.C.



# ANGOLA

## 19 a 22 de Novembro

Feira de Máquinas-ferramenta para a indústria

Máquinas para trabalhar madeira e acessórios

Produtos eléctricos e electrónicos

### EMAF

fimap ferrália

Steel

 **FIL**  
Feira Internacional de Luanda

Apoio

 **BFA**

 **EXPONOR**  
FEIRA INTERNACIONAL DO PORTO

 **AEP**

FIL - Feira Internacional de Luanda • Estrada do Catete, Km 12 C.P. 6127 • Tel. +244 917 402 440 • email: filda@nexus.ao • <http://www.emaf-angola.exponor.com/>